

VDB F2
Geração de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração de resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
VDB F2 Geração de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VDB F2 Geração de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VDB F2 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena Santos
Contadora CRC RJ-100983/O-7

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.011	58.712	5.118.224	10.886.830
Aplicações financeiras	5	73.116.779	46.934.465	111.678.605	79.105.368
Contas a receber de clientes	6	-	-	22.667.766	23.029.641
Contas a receber - partes relacionadas	19	-	29.537.922	-	-
Adiantamentos diversos		-	57.064	2.188	3.245.719
Despesas antecipadas		717	-	292.013	404.700
Tributos a recuperar		1.767.547	489.087	1.881.159	644.762
Dividendos a receber	19	5.849.982	2.525.547	-	-
		<u>80.772.036</u>	<u>79.602.797</u>	<u>141.639.955</u>	<u>117.317.020</u>
Não circulante					
Depósitos Judiciais		-	-	15.000	15.000
Despesas antecipadas		-	-	-	155.573
Empréstimos - parte relacionada	19	7.397.087	-	-	-
Investimentos em Companhias controladas	7	215.682.101	201.808.299	-	-
Imobilizado	8	-	-	628.027.166	649.619.540
Intangível	9	1.581.378	1.581.378	1.581.378	1.585.188
Direito de uso de arrendamento		-	-	9.389.129	9.336.496
		<u>224.660.566</u>	<u>203.389.677</u>	<u>639.012.673</u>	<u>660.711.797</u>
Total do ativo		<u>305.432.602</u>	<u>282.992.474</u>	<u>780.652.628</u>	<u>778.028.817</u>
Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Tributos a recolher	10	11.285	22.857	1.386.570	1.329.345
Contas a pagar	11	42.339	70.489	1.978.107	2.836.970
Contas a pagar - parte relacionadas	19	-	-	-	1.622.660
Empréstimos e financiamentos	12	7.932.106	3.542.586	28.521.688	22.257.005
Dividendos a pagar	19	4.513.169	-	4.513.169	-
Provisão para IRPJ e CSLL correntes	18	-	-	856.971	884.086
Arrendamento mercantil		-	-	1.195.821	1.117.208
		<u>12.498.899</u>	<u>3.635.932</u>	<u>38.452.326</u>	<u>30.047.274</u>
Não circulante					
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos	18	-	-	698.167	709.313
Empréstimos e financiamentos	12	91.370.221	92.632.022	530.856.858	551.757.114
Arrendamento mercantil		-	-	9.081.795	8.783.404
Provisão para contingências		-	-	-	7.192
		<u>91.370.221</u>	<u>92.632.022</u>	<u>540.636.820</u>	<u>561.257.023</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social	13.1	187.073.833	187.073.833	187.073.833	187.073.833
Reserva legal	13.2	950.141	-	950.141	-
Dividendos adicionais propostos	13.4	13.539.508	-	13.539.508	-
Prejuízos acumulados		-	(349.313)	-	(349.313)
		<u>201.563.482</u>	<u>186.724.520</u>	<u>201.563.482</u>	<u>186.724.520</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>305.432.602</u>	<u>282.992.474</u>	<u>780.652.629</u>	<u>778.028.817</u>

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	14	-	-	109.921.204	118.627.905
Custo das vendas	15	-	-	(37.905.352)	(41.826.178)
Lucro bruto		-	-	72.015.852	76.801.727
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	16	(349.769)	(1.576.203)	(5.280.925)	(7.052.157)
Outras receitas operacionais	16	(39.320)	8	773.217	1.379.080
Participação de equivalência patrimonial	7	27.300.432	19.898.570	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		26.911.343	18.322.375	67.508.144	71.128.650
Despesas financeiras	17	(10.127.015)	(8.594.914)	(46.723.115)	(53.330.661)
Receitas financeiras	17	2.567.803	6.723.264	2.255.190	3.693.627
Resultado financeiro líquido		(7.559.213)	(1.871.650)	(44.467.925)	(49.637.034)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		19.352.131	16.450.725	23.040.219	21.491.616
IR e CS correntes	18	-	-	(3.699.234)	(4.877.967)
IR e CS diferidos	18	-	-	11.145	(162.925)
Lucro líquido do exercício		19.352.131	16.450.725	19.352.131	16.450.724

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstração de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	19.352.131	16.450.725	19.352.131	16.450.724
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultados abrangentes do exercício	19.352.131	16.450.725	19.352.131	16.450.724

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Reservas de Lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Transações de capital com sócios	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	187.073.833	(38)	-	(16.799.999)	170.273.796
Transações de capital com sócios	-	38	-	(38)	-
Lucro do exercício	-	-	-	16.450.725	16.450.725
Saldos em 31 de dezembro de 2019	187.073.833	-	-	(349.312)	186.724.521
Lucro do exercício	-	-	-	19.352.131	19.352.131
Destinação do lucro:					
. Reserva legal (Nota 13.2)	-	950.141	-	(950.141)	-
. Dividendos a pagar (Nota 13.3)	-	-	-	(4.513.169)	(4.513.169)
. Dividendos adicionais propostos (Nota 13.4)	-	-	13.539.508	(13.539.508)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	187.073.833	950.141	13.539.508	-	201.563.483

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstração dos Fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	19.352.131	16.450.724	19.352.131	16.450.724
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
. Depreciação	-	-	26.121.529	27.214.020
. Amortização de direito de uso	-	-	-	360.230
. Provisão de juros - financiamento com terceiros	9.142.546	7.101.549	43.120.242	48.258.020
. Receita de juros - parte relacionada	(1.073.895)	(4.512.566)	-	-
. Juros de arrendamento mercantil	-	-	1.084.682	1.037.233
. Provisões para investimento	-	(8)	-	(8)
. Provisão para contingências	-	-	(7.192)	-
. Baixa de intangível	-	-	3.810	-
. Equivalência patrimonial	(27.300.432)	(19.898.570)	-	-
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(11.145)	162.925
. Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	3.699.234	4.877.967
	120.350	(858.870)	93.363.290	98.361.111
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
. Aplicações financeiras	(26.182.314)	(43.675.031)	(32.573.237)	(30.239.650)
. Contas a receber de clientes	-	-	361.875	15.700.133
. Adiantamentos	57.064	(55.501)	3.243.531	(3.191.839)
. Despesas antecipadas	(717)	-	268.260	766.330
. Tributos a recuperar	(1.278.460)	(355.292)	(1.236.397)	(270.759)
. Tributos a recolher	(11.572)	(905.924)	57.225	(1.115.880)
. Contas a pagar	(28.150)	200.690	9.888.973	1.650.870
. Contas a pagar - Parte relacionadas	-	-	(1.622.660)	(2.935.779)
. Outros	-	-	(760.313)	(833.345)
	(27.444.148)	(44.791.058)	(22.372.743)	(20.469.919)
Gerado pelas operações:				
. IOF pagos de empréstimos parte relacionada	-	882.396	-	-
. Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.726.349)	(11.066.353)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(27.323.798)	(44.767.532)	67.264.198	66.824.839
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
. Aquisição de imobilizado	-	-	(15.276.990)	(2.761.601)
. Aquisição de intangível	-	-	-	(3.810)
. Dividendos recebidos	10.102.195	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	10.102.195	-	(15.276.990)	(2.765.411)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
. Captação de empréstimos	-	-	-	9.152.892
. Emissão de debentures	-	106.000.000	-	106.000.000
. Pagamento de debêntures	-	(106.000.000)	-	(106.000.000)
. Pagamento de juros debentures	-	(9.214.127)	-	(9.214.127)
. Custos de debêntures	891.956	(11.892.734)	891.956	(11.892.734)
. Recebimento de empréstimos - partes relacionadas	23.214.730	65.647.232	-	-
. Pagamento de empréstimo - principal	-	-	(18.129.683)	(15.803.576)
. Pagamento de juros de empréstimos	-	-	(34.138.987)	(26.579.301)
. Pagamento de empréstimo - principal debentures	(2.650.000)	-	(2.650.000)	-

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
. Pagamento de juros de debentures	(4.256.784)	-	(4.256.784)	-
. Custos de transação de empréstimos	-	-	527.684	404.855
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	17.608.229	44.540.371	(57.755.814)	(53.931.991)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(21.701)	(227.161)	(5.768.606)	10.127.437
Varição do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	58.712	285.873	10.886.830	759.393
No final do exercício	37.011	58.712	5.118.224	10.886.830
	(21.701)	(227.161)	(5.768.606)	10.127.437
Efeitos de transações não caixa:				
Baixa de Capex	-	-	10.749.286	-

As notas explicativas são parte integrante as demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A VDB F2 Geração de Energia SA ("VDB F2 ou Companhia") é uma Companhia Anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 18º andar, parte, Centro - constituída em 25 de fevereiro de 2014.

A Companhia tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar centrais geradoras eólicas, no projeto Ventos da Bahia Fase II, sendo Parque Eólico Ventos da Bahia I ("Ventos da Bahia I"), Parque Eólico Ventos da Bahia III ("Ventos da Bahia III"), Parque Eólico Ventos da Bahia IX ("Ventos da Bahia IX") e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII ("Ventos da Bahia XVIII"), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão LER de 13 de novembro de 2015, 8º LER da ANEEL, edital nº 09/2015.

Em 08 de dezembro de 2020, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Companhia, sendo 100% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus ("COVID-19")

Diante do surgimento da pandemia relacionada ao novo Coronavírus, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade com as leis vigentes neste país e seus regulamentos internos.

A extensão dos impactos do COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais restrições impostas por governos e outros possíveis desdobramentos nos Estados em que a Companhia atua. A Companhia avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com clientes, fornecedores e outros stakeholders envolvidos, de acordo com o cenário vigente e as melhores projeções possíveis. Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas informações financeiras divulgadas.

A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou impactos relevantes a serem divulgados e não possuem visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos acima mencionados. No entanto, a Companhia está constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.

1.2 Da autorização

A segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Ventos da Bahia Fase II, está localizada no município de Mulungu do Morro - BA (região da Chapada Diamantina) e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de reserva (LER), realizado pela ANEEL em Novembro de 2015, conforme estabelecido nas portarias MME nº 70 de 16 de março de 2015. Foram vendidos em leilão 116,6 MW ao preço de R\$ 203,96/MWh (data base novembro 2015).

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas quatro novas empresas Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII, que representam os parques eólicos que produzirão os 116,6 MW contratados. A entrada em operação dos parques ocorreu em setembro de 2018 de forma atendendo integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), sempre respeitando os percentuais de participações no consórcio vencedor, Consórcio VDB F2, conforme descrição abaixo:

Empresas constituídas	Capacidade
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A.	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A.	30,8 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A.	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A.	28,6 MW
	<u>116,6 MW</u>

A apuração de energia produzida será quadrienal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 25 de maio de 2016 o Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. obteve, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações da usina eólica. Já a obtenção das outorgas para os Parques Eólicos Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII, ocorreu em 31 de maio de 2016, nas mesmas condições.

Apresentamos abaixo as principais características do projeto:

- a. Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 32,9KM, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kv Ventos da Bahia II e término na Subestação Morro do Chapéu II;
- b. Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e

Entradas de linha na Subestação Elevadora Ventos da Bahia II.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

2.3 Base de Consolidação

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda Funcional e moeda de apresentação

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) **Provisão para desmobilização**

A Administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) **Provisões para contingências judiciais**

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Investimento em Controlada

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.3 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável). A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, etende não ser necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, conforme CPC 48.

3.4 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.5 Ativo intangível amortizável

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo classificados como ágio com vida útil definida, amortizado ao prazo de autorização para geração de energia. Em ambos os casos, o valor é testado anualmente e deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se necessário. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

3.6 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros pagos de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2), item 34A.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.10 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.11 Reconhecimento de receita

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.12 Tributos

Em 2020, a Companhia apurou o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelas normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na controlada, não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2020.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

As suas controladas apuram o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, em geral acrescido das demais receitas, pela alíquota de 15% e do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre, enquanto que a contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, em geral acrescida das demais receitas, pela alíquota de 9%, reconhecidas pelo regime de caixa, ver nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os tributos diferidos são reconhecidos pelos saldos a receber de clientes e/ou outro valor tributável que não fora recebido até a data da apuração.

3.13 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

3.14 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

i. Normas adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- Definição de Material (alterações ao CPC 23/IAS 8 e CPC 26/IAS 1)
- Definição de Negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Benefício em contrato de arrendamento relacionado à Covid-19 para arrendatários (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9)

A Administração avaliou que não há impacto trazido pela alteração das normas acima.

ii. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16	Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2	01/01/2021
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo para Cumprir o Contrato	01/01/2022
Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	Melhorias anuais às IFRS Standards – Ciclo 2018-2020	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IFRS 17	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Bancos	37.011	58.712	5.118.224	10.886.830
	<u>37.011</u>	<u>58.712</u>	<u>5.118.224</u>	<u>10.886.830</u>

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aplicação Auto Mais	73.116.779	46.934.465	111.678.605	79.105.368
	<u>73.116.779</u>	<u>46.934.465</u>	<u>111.678.605</u>	<u>79.105.368</u>

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós fixadas e com rentabilidade média no ano sobre DI CETIP ("DCI") e 95% (taxa nominal curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	2020	2019
Contratos de Energia de reserva	22.667.766	23.029.641
Total	<u>22.667.766</u>	<u>23.029.641</u>

A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada.

O ciclo de liquidação dos títulos a receber gira em torno de 30 dias.

7 Investimentos em Companhias controladas

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas.

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento no exercício, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2018	Equivalência	Dividendos	Saldo em 31/12/2019	Equivalência	Dividendos	Saldo em 31/12/2020
VDB I	44.543.030	3.863.116	(425.316)	47.980.830	5.626.547	(2.612.255)	50.995.122
VDB III	49.380.571	8.643.279	(1.785.967)	56.237.883	10.965.291	(7.962.158)	59.241.016
VDB IX	46.230.264	2.718.049	-	48.948.313	4.352.532	(399.855)	52.900.990
VDB IXVIII	44.281.412	4.674.126	(314.264)	48.641.274	6.356.062	(2.452.363)	52.544.974
	184.435.277	19.898.570	(2.525.547)	201.808.299	27.300.432	(13.426.631)	215.682.101

Apresentamos abaixo as principais informações financeiras das entidades controladas:

Em 31 de dezembro de 2020:

	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII
Ativos circulantes	15.631.500	25.373.225	14.059.476	18.088.727
Ativos não circulantes	154.686.332	165.116.301	163.221.461	154.399.842
Passivos circulantes	9.488.710	12.660.811	15.028.816	10.578.256
Passivos não circulantes	109.834.000	118.587.701	109.351.131	109.365.340
Patrimônio Líquido	45.368.575	48.275.724	48.548.458	46.188.911
Resultado	5.626.547	10.965.291	4.352.532	6.356.062

8 Imobilizado

A composição do imobilizado consolidado é demonstrada abaixo:

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2019	2020			Saldo em 31/12/2020
			Adição	Baixa (reversão capex)	Depreciação	
Torres anemométricas	4%	649.617.468	181.731.974	(177.204.017)	(26.121.293)	628.024.132
Móveis e Utensílios	10%	2.072	1.650	(452)	(236)	3.034
Total		649.619.540	181.733.624	(177.204.469)	(26.121.529)	628.027.166
Custo		685.241.837				689.770.992
Depreciação acumulada		(35.622.297)				(61.743.826)
Imobilizado líquido		649.619.540				628.027.166

		2019					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência	Baixa (reversão capex)	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Torres anemométricas	4%	681.744.000	2.759.325	(116.035)	(7.556.006)	(27.213.816)	649.617.468
Moveis e Utensílios	10%	-	2.276		-	(204)	2.072
Total		681.744.000	2.761.601	(116.035)	(7.556.006)	(27.214.020)	649.619.540
Custo		690.152.277					685.241.836
Depreciação acumulada		(8.408.277)					(35.622.296)
Imobilizado líquido		681.744.000					649.619.540

9 Intangível

O intangível foi adquirido em 2017 pela Companhia, através da incorporação da empresa Ventos da Bahia Ltda.

Controladora e Consolidado

	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
Gastos com Estudos e Projetos e Concessão de Direitos.	-	1.581.378	1.581.378
Total		1.581.378	1.581.378
Custo		1.581.378	1.581.378
Intangível líquido		1.581.378	1.581.378

	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019
Gastos com Estudos e Projetos e Concessão de Direitos.	-	1.581.378	1.581.378
Total		1.581.378	1.581.378
Custo		1.581.378	1.581.378
Intangível líquido		1.581.378	1.581,378

Consolidado

	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2019	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Gastos com Estudos e Projetos e Concessão de Direitos.	-	1.581.378	(3.810)	1.581.378
Total		1.581.378	(3.810)	1.581.378
Custo		1.581.378		1.581.378
Intangível líquido		1.581.378		1.581.378

	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2018	Adição	Saldo em 31/12/2019
Gastos com Estudos e Projetos e Concessão de Direitos.	-	1.581.378	3.810	1.585.188
Total		1.581.378	3.810	1.585.188
Custo		1.581.378		1.585.188
Intangível líquido		1.581.378		1.585.188

10 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pis sobre o faturamento	864	2.464	212.419	213.518
Cofins sobre o faturamento	5.317	15.165	981.724	989.257
Tributos retidos	5.104	5.228	183.548	118.877
Tributos Estaduais	-	-	6.764	6.741
Tributos Municipais	-	-	2.116	952
Total	11.285	22.857	1.386.570	1.329.345

11 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidada	
	2020	2019	2020	2019
Serviços de manutenção	-	22.425	1.202.939	2.061.463
Serviços prestados diversos	39.980	44.182	233.456	243.356
Aquisição de capex	-	-	290.004	-
Aquisição de materiais	-	-	17.940	81.882
Outros	2.361	3.883	233.769	450.269
	42.339	70.489	1.978.108	2.836.970

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Debentures					Controladora		Consolidado	
Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	31/12/2019	31 /12/2020	31/12/2019	31 /12/2020
Principal Debêntures	R\$	IPCA + 3,8708%	8,10%	2021 a 2033	106.000.000	103.350.000	106.000.000	103.350.000
Juros					2.067.342	6.953.106	2.067.342	6.953.106
Custos a Amortizar					(11.892.734)	(11.000.779)	(11.892.734)	(11.000.779)
					96.174.608	99.302.327	96.174.608	99.302.327
Empréstimos BNDES					Controladora		Consolidado	
Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
(a) Principal BNDES FINEM	R\$	TJLP+2,48%	7,03%	2021 a 2035	-	-	435.396.800	417.629.555
Juros					-	-	50.856.660	50.695.369
Custos a Amortizar					-	-	(8.413.949)	(8.248.705)
					-	-	477.839.511	460.076.219
					96.174.608	99.302.327	574.014.119	559.378.546
				Passivo circulante	3.542.586	7.932.106	22.257.005	28.521.688
				Passivo não circulante	92.632.022	91.370.221	551.757.114	530.856.858

Controladora

Debêntures

Em 14 de junho de 2019, a Companhia assinou um instrumento de 2ª emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Abaixo, apresentamos as principais características:

	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de Vencimento
VDB F2 Geração de Energia S.A.	106.000.000	106.000	1.000	15/04/2033

Em 14 de junho de 2019, a VDB F2 Geração de Energia S.A. emitiu 106.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, totalizando uma emissão de R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais). As debêntures foram totalmente integralizadas em julho de 2019. O total de custos de transação incorridos na contratação foi de R\$ 12.338.711 e os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 6.953.106. Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 3,8708% a.a., com exigibilidade semestral.

A movimentação das debêntures encontra-se evidenciada abaixo:

Controladora

Saldo inicial 31.12.2018	110.179.920	Saldo inicial 31.12.2019	96.174.608
(+) Juros incorridos	7.101.549	(+) Juros incorridos	9.142.547
(+) Liberação de empréstimo	106.000.000	(+) Aquisição de empréstimo	-
(-) Pagamento de juros	(9.214.127)	(-) Pagamento de juros	(4.256.784)
(-) Pagamento de principal	(106.000.000)	(-) Pagamento de principal	(2.650.000)
(-) Custos de Captação	(11.892.734)	(+) Custos de Captação	891.956
Saldo Final 31.12.2019	96.174.608	Saldo Final 31.12.2020	99.302.327

Garantias

Esse financiamento conta com penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

Covenants

A partir de 2020, inclusive, manter apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o ICSD (Índice de Cobertura da Dívida) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,05, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados.

Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I da Escritura da 2ª (Segunda) Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Com Garantia Real, Com Garantias Fidejussórias Adicionais, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos De Distribuição verificou-se que o Índice de Cobertura Consolidado (ICSD Consolidado) para o ano de 2020 foi de 1,54.

Consolidado

O saldo de empréstimos consolidado está demonstrado abaixo:

Saldo inicial 31.12.2018	579.688.089	Saldo inicial 31.12.2019	574.014.119
(+) Juros incorridos	48.258.020	(+) Juros incorridos	43.120.242
(+) Liberação de empréstimo	115.152.892	(+) Liberação de empréstimo	-
(-) Pagamento de juros	(35.793.428)	(-) Pagamento de juros	(38.395.771)
(-) Pagamento de principal	(121.803.576)	(-) Pagamento de principal	(20.779.683)
(-) Custos de Captação	(11.487.878)	(+) Custos de Captação	1.419.640
Saldo em 31.12.2019	574.014.119	Saldo em 31.12.2020	559.378.547

Em 31 de julho de 2017, a Companhias abaixo firmaram contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante total de R\$ 486.420.000,00, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2019 em um montante total de R\$ 451.086.159,89. O objetivo dos empréstimos foram para captação de recursos para construção dos parques eólicos. Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,48% a.a., com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 15 de abril de 2019. Os valores dos principais serão amortizados em 192 prestações mensais, com início em 15 de maio de 2019 até 16 de abril de 2035.

Garantias

Esse financiamento conta com garantia corporativa até o completion financeiro, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

Covenants

A partir de 2020, inclusive, manter apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o ICSD (Índice de Cobertura da Dívida) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados.

Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo IV do Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 17.2.0255.1, verificou-se que o Índice de Cobertura Consolidado (ICSD Consolidado) para o ano de 2020 foi de 1,54.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 187.073.833 (R\$ 187.073.833 em 31 de dezembro de 2019), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 187.073.833 (1.000 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

		2020	2019
EDF EN participações Ltda	100%	93.536.918	187.073.833
Ômega Geração S/A		93.536.918	-
Capital a integralizar		(3)	-
Total		187.073.833	187.073.833

Em 08 de dezembro de 2020, a Omega Geração S.A. adquiriu 79.360.902 das ações da Companhia. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de sua participação, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

Resultado do exercício

A Companhia registrou um lucro no montante de R\$ 19.352.131 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 16.450.725 em 31 de dezembro de 2019).

13.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. A Companhia constituiu R\$ 950.141 reserva legal em 31 de dezembro de 2020 em função do lucro reconhecido.

13.3 Dividendos

Os dividendos da Companhia são pagos com base em determinação feita por Assembleia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria. A Companhia poderá ainda apurar balanços intermediários para distribuição de dividendos, observando o disposto no parágrafo 204 da Lei 6.404/76.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	19.352.131	16.450.725
(-) Prejuízo acumulados anteriores	<u>(349.312)</u>	<u>(167.999.99)</u>
Base para a constituição de reserva legal	19.002.819	(349.312)
(-) Constituição de reserva legal	<u>(950.141)</u>	-
(=) Base para a distribuição dos dividendos	18.052.677	-
Dividendos a pagar	(4.513.169)	-
Dividendos adicionais propostos	(13.539.508)	-

13.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras.

14 Receita líquida de vendas

	2020	2019
Geração de energia		
Receita líquida de vendas	114.165.010	124.117.951
(-) Penalidade por baixa geração	<u>(76.783)</u>	-
Receita bruta	114.088.227	124.117.951
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(742.073)	(977.679)
COFINS	(3.424.950)	(4.512.367)
Total das deduções da receita bruta	(4.167.023)	(5.490.046)
Total da receita líquida	<u>109.921.204</u>	<u>118.627.905</u>

15 Custos de vendas

	2020	2019
Custos operacionais		
Seguros	(1.135.899)	(1.022.240)
Arrendamentos operacionais	(424.095)	(669.121)
Ajustes na conta da CCEE	(89.943)	-
	<u>(1.649.937)</u>	<u>(1.691.361)</u>
Impostos e taxas		
TUSD	(5.015.113)	(4.647.196)
Taxa de regulamentação	(564.387)	(434.647)
	<u>(5.579.499)</u>	<u>(5.081.843)</u>
Serviços prestados		
Serviços de Manutenção	(3.988.812)	(6.821.922)
Serviços de Engenharia	-	(817.583)
Custos ambientais	-	(72.129)
Serviços Assessoria	(565.574)	-
Outros Serviços	-	(127.320)
	<u>(4.554.387)</u>	<u>(7.838.954)</u>
Depreciação		
Custo com depreciação	(26.121.529)	(27.214.020)
	<u>(26.121.529)</u>	<u>(27.214.020)</u>
Total dos custos de vendas	<u>(37.905.352)</u>	<u>(41.826.178)</u>

16. Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

16.1 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas administrativas				
Condução/Locomoção	-	(15.332)	(1.404)	(15.332)
Alimentação	-	(3.319)	-	(3.319)
Despesas com guarda de achados arqueológicos	-	-	(32.749)	(210.293)
Viagens e estadias	-	(915)	-	(915)
Cópias e reproduções	-	-	(5.199)	(2.026)
Despesas Legais	(4.385)	(158.415)	(110.585)	(201.300)
Despesas com publicações	(8.175)	-	(99.695)	-
Material de escritório	-	-	(4.754)	-
Correios	-	(4.913)	-	(4.913)
Material de limpeza	-	-	(266.869)	(137.955)
Despesas com internet	-	-	-	(98.925)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Outros materiais de consumo	-	-	(108.342)	-
Contribuições e associações	-	-	-	(30.363)
Outras	(738)	-	(7.072)	(102.007)
	(13.298)	(182.893)	(636.668)	(807.348)
Impostos e taxas				
Multas administrativas	-	(8.283)	(8.859)	(19.595)
Impostos e contribuições	-	(39.689)	(13.710)	(54.382)
Pis e Cofins	(119.403)	(312.632)	(119.403)	(312.632)
	(119.403)	(360.604)	(141.972)	(386.609)
Outras despesas operacionais				
Outras despesas operacionais	-	(170.234)	-	(170.234)
	-	(170.234)	-	(170.234)
Rateio de despesas				
Salários	-	-	(2.163.799)	(1.411.754)
Previdência social	-	-	(358.595)	(283.286)
Honorários	-	-	(19.965)	(41.555)
Serviços prestados pelo exterior	-	-	(67.655)	(2.103)
Outros custos	-	-	(462.364)	(11.899)
Aluguéis	-	-	(152.199)	(136.792)
Viagens e Estádias	-	-	-	(143.900)
Seguros	-	-	(12.739)	(14.598)
Outras despesas financeiras	-	-	(499.346)	(614.800)
Manutenção	-	-	(4.309)	(2.315)
Outras despesas externas	-	-	-	(51.432)
Recuperação de despesas	-	-	244.854	-
Gerenciamento	-	-	-	(549.198)
Gestão administrativa	-	-	(23.964)	-
Gestão de ativos	-	-	(72.473)	-
	-	-	(3.592.555)	(3.263.632)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de Contadores	(42.485)	(65.428)	(269.511)	(388.609)
Honorários de Consultores	(76.366)	(41.517)	-	(608.874)
Honorários de Auditores	(68.911)	(30.126)	(207.782)	(174.234)
Honorários de Advogados	(5.756)	(656.080)	(62.564)	(1.022.510)
Serviços de tradução	-	-	-	-
Propaganda e Publicidade	-	(29.165)	-	(29.165)
Informática	(23.550)	(25.359)	(75.333)	(42.052)
Vigilância	-	-	(123.062)	-
Avaliação	-	-	(130.677)	-
Outros serviços	-	(14.795)	(40.800)	(158.890)
	(217.068)	(862.471)	(909.729)	(2.424.334)
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais				
	(349.769)	(1.576.203)	(5.280.925)	(7.052.157)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
16.2 Outras receitas operacionais				
Recuperação de despesas	(39.320)	8	773.217	1.379.080
	<u>(39.320)</u>	<u>8</u>	<u>773.217</u>	<u>1.379.080</u>

17 Resultado financeiro

	Controlada		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.475.326	2.208.604	2.234.035	3.417.699
Desconto	-	-	22	-
Juros - parte relacionada	1.073.895	4.512.566	-	-
Juros	18.582	2.094	21.133	275.928
	<u>2.567.803</u>	<u>6.723.264</u>	<u>2.255.190</u>	<u>3.693.627</u>
Despesas Financeiras				
Juros de empréstimos	(9.142.546)	(7.101.549)	(43.120.510)	(48.267.767)
Despesa com juros	-	(401.536)	-	(915.783)
Despesas bancárias	(92.511)	(104.691)	(984.482)	(346.570)
Juros de arrendamento	-	-	(1.084.683)	(1.037.233)
Comissões	-	(785.978)	-	(785.978)
Despesas com IOF	-	(42.160)	(14.837)	(837.561)
Descontos	-	-	-	(410.960)
Custos com empréstimos	(891.955)	(159.000)	(1.464.056)	(728.809)
Outras despesas financeiras	(4)	-	(54.547)	-
	<u>(10.127.015)</u>	<u>(8.594.914)</u>	<u>(46.723.115)</u>	<u>(53.330.661)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(7.559.213)</u>	<u>(1.871.650)</u>	<u>(44.467.925)</u>	<u>(49.637.034)</u>

18 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real e suas controladas apuram pelo lucro presumido.

No exercício de 2020, a Controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos, motivo pelo qual foi apresentado somente o número consolidado.

	2020	2019
Contribuição Social	(3.431.428)	(3.177.181)
Imposto de Renda	(267.806)	(1.700.786)
Total	<u>(3.699.234)</u>	<u>(4.877.967)</u>

Abaixo segue a conciliação dos tributos sobre o lucro:

Impostos correntes

Receitas operacionais + outras receitas tributáveis

Receitas de vendas	114.526.877	145.122.455
Base presumida para o IRPJ (8%)	9.162.150	11.609.796
Base presumida para a CSLL (12%)	13.743.225	17.414.695

	2020	2019
Rendimentos de aplicações renda fixa/variável	785.148	1.209.095
Receita de descontos/Juros	2.518	273.833
Base de cálculo do imposto de renda	9.949.816	13.092.725
Base de cálculo da contribuição social	14.530.891	18.897.623
Alíquota do Imposto de Renda - 15%	(1.492.472)	(1.963.909)
Alíquota do Imposto de Renda - 10%	(970.982)	(1.213.272)
Alíquota da Contribuição Social - 9%	(1.307.780)	(1.700.786)
Impostos por natureza		
IRPJ e CSLL sobre faturamento	(3.431.428)	(4.373.771)
IRPJ e CSLL sobre receita financeira	(267.806)	(504.196)
	(3.699.234)	(4.877.967)
Resumo		
Total de Imposto de Renda Corrente	(2.391.454)	(3.177.181)
Total de Contribuição Social Corrente	(1.307.780)	(1.700.786)
Total dos tributos correntes	(3.699.234)	(4.877.967)
Alíquota efetiva	3,2%	3,3%
	2020	2019
Impostos Diferidos		
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Base de cálculo para os tributos diferidos		
Variação do contas a receber	(361.872)	3.690.809
Base presumida para o IRPJ (8%)	(28.950)	295.330
Base presumida para a CSLL (12%)	(43.425)	442.992
Base de cálculo do imposto de renda	(28.950)	295.330
Base de cálculo da contribuição social	(43.425)	442.992
Cálculo do IRPJ (alíquota de 15%)	4.341	(44.299)
Cálculo do IRPJ (alíquota de 10%)	2.895	(29.533)
Cálculo da CSLL (alíquota de 9%)	3.909	(39.869)
Total do Imposto de Imposto de Renda Diferido	7.236	(73.832)
Ajuste IR	-	(31.963)
Total de Contribuição Social Diferida	3.909	(39.869)
Ajuste CS	-	(17.261)
Total de tributos diferidos	11.145	(162.925)

19 Transações com partes relacionadas

19.1 Contas a receber - partes relacionadas

Contas a Receber	Controladora	
	2020	2019
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A.	-	6.169.333
Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A.	-	1.854.811
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A.	7.397.087	17.595.639
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A.	-	3.918.139
	7.397.087	29.537.922

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora as partes relacionadas:

	Saldo em	Apropriação	Amortização		Saldo em
	31.12.2019	Juros	Principal	Juros	31.12.2020
Parque Eolico Ventos da Bahia I S.A	6.169.333	170.790	(4.267.680)	(2.072.444)	-
Parque Eolico Ventos da Bahia III S.A	1.854.811	9.763	(218.566)	(1.646.007)	-
Parque Eolico Ventos da Bahia IX S.A	17.595.639	808.261	(11.006.813)	-	7.397.087
Parque Eolico Ventos da Bahia XVIII S.A	3.918.139	85.081	(2.188.433)	(1.814.787)	-
	29.537.922	1.073.895	(17.681.492)	(5.533.238)	7.397.087

Controladora

MUTUO	Moeda	Principal	Juros	IOF	31/12/2018	Pagamento principal	Juros	IOF	31/12/2019
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA I S/A	R\$	19.715.000	953.456	195.338	20.863.794	(15.447.320)	948.197	(195.338)	6.169.333
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA III S/A	R\$	20.020.000	991.816	201.359	21.213.176	(19.801.434)	644.428	(201.359)	1.854.811
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA IX S/A	R\$	27.580.000	1.497.346	294.227	29.371.572	(13.616.911)	2.135.205	(294.227)	17.595.639
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA XVIII S/A	R\$	18.970.000	944.970	191.472	20.106.443	(16.781.567)	784.736	(191.472)	3.918.139
		86.285.000	4.387.588	882.396	91.554.985	(65.647.232)	4.512.566	(882.396)	29.537.922

Os valores referem-se a capital de giro custeados pela Companhia às suas controladas. O empréstimo é atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%.

19.2 Dividendos a receber

Contas a Receber	Controladora	
	2020	2019
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A	1.336.305	425.316
Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A	2.604.257	1.785.967
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A	399.856	-
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A	1.509.565	314.265
	5.849.982	2.525.547

19.3 Contas a pagar

Contas a Pagar	Consolidado	
	2020	2019
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	-	1.622.660
Total	-	1.622.660

Em 15 de dezembro de 2016 foi celebrado o contrato de rateio de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda. ("EDF do Brasil") e as Companhias do projeto Ventos da Bahia Fase 2 (Parque

Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII), com participação definida na seguinte proporção, respectivamente: 24,53%, 26,41%, 24,53% e 24,53%, de um total de 116,6MW, o rateio de despesas é proporcional à capacidade instalada de cada parque. O documento trata do repasse dos custos necessários para o desenvolvimento, construção e manutenção e operação dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas, despesas de deslocamento. A previsão de liquidação dos valores em aberto é no segundo semestre de 2021.

19.4 Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	Controladora e consolidado	
	2020	2019
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	2.256.585	-
Ômega Geração de Energia S/A	2.256.584	-
Total	4.513.169	-

19.5 Remuneração do Pessoal chave da Administração

Não houve remuneração do pessoal chave da Administração em 2020 e 2019.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	73.116.779	46.934.465	111.678.605	79.105.368
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	7.397.087	-	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	22.667.766	23.029.641
Passivos					
Contas a pagar	Custo amortizado	42.339	70.489	1.978.107	2.836.970
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	1.622.660
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	99.302.326	96.174.608	559.378.545	574.014.119
Dividendos a pagar	Custo amortizado	4.513.169	-	4.513.169	-
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	-	-	10.277.616	9.900.612

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações financeiras	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	73.116.779	46.934.465	111.678.605	79.105.368
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	-	-	22.667.766	23.029.641

A administração avaliou, segundo sua política de PCLD e, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	2020		2020	
	Até 1 ano	> 1 ano	Até 1 ano	> 1 ano
Contas a pagar	42.339	-	1.978.107	-
Empréstimos e financiamentos	7.165.106	92.137.221	29.905.688	529.472.858
Arrendamento mercantil	-	-	1.195.821	9.081.795
	<u>7.207.445</u>	<u>92.137.222</u>	<u>33.079.616</u>	<u>538.554.654</u>
	2019		2019	
	Até 1 ano	> 1 ano	Até 1 ano	> 1 ano
Contas a pagar	70.489	-	2.836.970	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	1.622.660	-
Empréstimos e financiamentos	3.542.586	92.632.022	22.257.005	551.757.114
Arrendamento mercantil	-	-	1.117.208	8.783.404
	<u>3.613.075</u>	<u>92.632.022</u>	<u>27.833.843</u>	<u>560.540.518</u>

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

f. Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2020, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no Banco Central, foi obtida a taxa TJLP, cuja taxa inicial para 2020 é de 4,55%, sendo este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	2020	Risco	Juros Projetados para 2021		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiro Debêntures	108.067.342	IPCA	8.569.801,78	9.685.310,51	10.800.383,39

21 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	<u>VDB I</u>	<u>VDB III</u>	<u>VDB IX</u>	<u>VDB XVIII</u>
2021	Total (R\$ Mil)	<u>23.421</u>	<u>25.924</u>	<u>23.600</u>	<u>23.958</u>
	Volume MWh	114.756	127.020	115.632	117.384
	Preço (R\$/MWh)	<u>251</u>	<u>251</u>	<u>251</u>	<u>251</u>
Após 2022	Total (R\$ Mil)	<u>28.766.269</u>	<u>318.405.267</u>	<u>28.985.859</u>	<u>29.425.038</u>

22 Seguros

Em conformidade com as Condições Gerais, para o Seguro de Riscos Operacionais e Cláusulas especiais e particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, são passíveis de cobertura Danos Materiais e Lucro Cessantes, necessários à operação do Complexo Eólico Ventos da Bahia, de energia eólica, com vigência no período de 06/04/2020 à 31//2020.

Coberturas

Importâncias seguradas

Lucro cessante e danos materiais

1.046.506.750

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a Allianz Seguros, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 109.589.560,00 tendo como vigência o período de 30/06/2020 à 30/06/2021

Coberturas

Importâncias seguradas

Empregador, Empresa Concessionária ou Não de Serviços

Públicos – Energia, Responsabilidade Civil Cruzada,

Poluição Súbita e Acidental

R\$ 109.589.560,00